

87ª Zona Eleitoral	49
124ª Zona Eleitoral	50
133ª Zona Eleitoral	56
134ª Zona Eleitoral	58
135ª Zona Eleitoral	61
143ª Zona Eleitoral	64
144ª Zona Eleitoral	65
146ª Zona Eleitoral	65
147ª Zona Eleitoral	66
Índice de Advogados	67
Índice de Partes	68
Índice de Processos	70

ATOS DA PRESIDÊNCIA

PORTARIAS

PORTARIA PRES Nº 17, DE 25 DE JANEIRO DE 2024.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 15, inciso XLIII, da Resolução do TRE-GO nº 298, de 18 de outubro de 2018 - Regimento Interno do Tribunal,

CONSIDERANDO o afastamento legal (férias) da Dra. Leila Cristina Ferreira, Juíza da 25ª Zona Eleitoral de Piracanjuba/GO, no período de 29.1.2024 a 9.2.2024;

CONSIDERANDO a ordem de substituição automática da Tabela do Judiciário Estadual de 12.12.2023, disponível no sítio do TJGO naquela data, e, em obediência ao art. 4º, *caput*, da Resolução TRE-GO nº 183/2012;

CONSIDERANDO a decisão proferida no SEI nº [24.0.000000542-4](#),

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Dra. MONIQUE IVANOSKI DE OLIVEIRA, Juíza Respondente na 1ª Vara Judicial da comarca de Piracanjuba/GO, para substituir na jurisdição eleitoral da 25ª Zona Eleitoral, com sede no referido município, no período de 29 de janeiro a 9 de fevereiro de 2024, em razão do afastamento da juíza titular.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

DES. ITANEY FRANCISCO CAMPOS

Presidente

PORTARIA PRES Nº 18, DE 25 DE JANEIRO DE 2024.

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 15, inciso XXXVIII, da Resolução TRE-GO nº 298, de 18 de outubro de 2018 (Regimento Interno);

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD);

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação (Lei de Acesso à Informação - LAI);

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução CNJ nº 363, de 12 de janeiro de 2021, que estabelece medidas para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais a serem adotadas pelos tribunais;